

# RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011



**Ministério Público da União**



**PLANO PLURIANUAL  
2008-2011**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO**

**Ministério Público da União**

**EXERCÍCIO 2009**

**ANO BASE 2008**

**Brasília  
2009**

## ÍNDICE

### Apresentação

Sumário Executivo	5
Avaliação dos Programas	7
Defesa da Ordem Jurídica	8

## APRESENTAÇÃO

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011 devem ser debatidos, de modo a permitir o avanço da democracia na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 19º da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008 e o Decreto nº 6601 de 10 de outubro de 2008 que trata do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-20011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborarem a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob sua responsabilidade. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas.

As avaliações versam sobre os resultados provenientes da implementação do programas de cada órgão e incluem demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. Esse relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2008, do total previsto para o(a) Ministério Público da União (MPU), foram utilizados **R\$ 3.102.042.097,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

<b>Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 3.172.461.906,00</b>	Empenho Liquidado:	R\$ 3.102.042.097,00
	Pago Estatais:	-
	<b>Total:</b>	<b>R\$ 3.102.042.097,00</b>
<b>Previsto não-orçamentário</b>	<b>Realizado não-orçamentário</b>	
-	-	

Além disso, do total de **R\$ 271.164.226,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2007, foram executados **R\$ 210.198.547,00**, ou seja, **77,52 %**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do(a) **Ministério Público da União (MPU)**, no período do PPA 2008-2011, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2008		
		Previsto	Realizado *	%
Finalístico	0581 Defesa da Ordem Jurídica	2.693.751.555,00	2.624.784.247,00	97,44
<b>Total Finalístico</b>		<b>2.693.751.555,00</b>	<b>2.624.784.247,00</b>	<b>97,44</b>
<b>Total Geral</b>		<b>2.693.751.555,00</b>	<b>2.624.784.247,00</b>	<b>97,44</b>

\* Valores Executados (liquidado) em 2008. No caso de programas multissetoriais são contemplados recursos provenientes de ações executadas por outros órgãos. Ressalta-se que no "valor total do órgão" são consideradas inclusive as ações implementadas em programas de outros órgãos.

## AVALIACÃO SETORIAL

### Objetivo Setorial

Contribuir para o alcance das metas prioritárias e objetivos de governo, mediante a atuação institucional, na defesa do interesse público no processo judiciário.

### Principais Resultados

Com base no resultado apurado pelo indicador do programa 0581 – Defesa da Ordem Jurídica, é possível observar que, por intermédio do apoio dos serviços auxiliares estabelecidos pela Administração Superior e, principalmente, pela atuação dos membros do Ministério Público da União (MPU) na defesa da ordem jurídica, na defesa do patrimônio nacional, do patrimônio público e social, do patrimônio cultural, do meio ambiente, dos direitos e interesses da coletividade, especialmente das comunidades indígenas, da família, da criança, do adolescente e do idoso, assim como na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis e no controle externo da atividade policial, o MPU contribuiu para o alcance das metas prioritárias e objetivos de governo, na medida em que exerceu, para toda a sociedade brasileira, papel essencial à função jurisdicional do Estado, em decorrência não só de mandamento constitucional e legal, mais também como resposta ao aumento do controle social e da demanda por direitos civis, econômicos, sociais e políticos.



## **AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS**

## Relatório Anual de Avaliação

Defesa da Ordem Jurídica

### GERENTE DO PROGRAMA

Carlos Frederico Santos

### OBJETIVO

Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis

### PÚBLICO-ALVO

Sociedade

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

#### QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

<b>Autorizado (LOA + Créditos):</b> R\$2.693.751.555,0	Empenhado Liquidado: R\$2.624.784.247,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$2.624.784.247,00
<b>Previsto não orçamentário</b>	<b>Realizado não orçamentário</b>
-	-

#### METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Ações Judiciais na Repressão ao Tráfico Ilícito de Substâncias Entorpecentes - 4515 (Ação judicial desenvolvida/UNIDADE)	15,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00
Ações para Erradicação do Trabalho Escravo - 6471 (Ação desenvolvida/UNIDADE)	205,00	241,00	1,18	1.715.800,00	1.533.279,00	0,89
Aquisição de Anexo ao Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região - 114R (-/-)	0,00	0,00	-	500.000,00	0,00	0,00
Aquisição de Anexo do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Santarém - PA - 103I (Edifício adquirido/UNIDADE)	0,00	0,00	-	90.000,00	0,00	0,00
Aquisição de Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar em Recife-PE - 11U6 (Edifício adquirido/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00
Aquisição de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Salvador - BA - 7149 (Unidade adquirida/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	22.340.000,00	22.340.000,00	1,00

Aquisição de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Santarém - PA - 12AN (Edifício adquirido/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Aquisição de Edifícios-Sede para Implantação de Oficinas Junto às Varas da Justiça do Trabalho - 12BQ (Sede de Ofício Adquirida/UNIDADE)	7,00	0,00	0,00	3.727.000,00	3.277.000,00	0,88
Aquisição de Imóveis para Ampliação de Oficinas junto às Varas da Justiça do Trabalho - 11V0 (-/UNIDADE)	2,00	0,00	0,00	590.000,00	590.000,00	1,00
Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República no Rio de Janeiro - RJ - 7H61 (Edifício adquirido/UNIDADE)	2,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	34.028,00	29.391,25	0,86	28.104.884,00	28.095.285,00	1,00
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	3.533,00	3.223,00	0,91	8.891.800,00	8.800.824,00	0,99
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	13.320,00	13.250,00	0,99	95.904.811,00	93.701.309,00	0,98
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	3.427,00	2.132,00	0,62	4.270.011,00	3.883.329,00	0,91
Capacitação de Recursos Humanos - 4091 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	17.111,00	11.930,00	0,70	8.616.400,00	7.400.532,00	0,86
Construção da 2ª Etapa do Edifício-Sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - 3158 (edifício construído/% de execução física)	21,00	1,42	0,07	9.532.000,00	9.526.767,00	1,00
Construção de Anexo ao Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho - 3E97 (edifício construído/% de execução física)	47,00	30,94	0,66	3.338.900,00	3.338.842,00	1,00

## Relatório Anual de Avaliação

Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Aracaju - SE - 10TY (edifício construído/% de execução física)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Campina Grande - PB - 12AZ (edifício construído/% de execução física)	3,00	0,00	0,00	55.000,00	54.340,00	0,99
Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Campo Mourão - PR - 1142 (edifício construído/% de execução física)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caxias do Sul - RS - 1146 (edifício construído/% de execução física)	5,00	0,00	0,00	150.000,00	117.315,00	0,78
Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Foz do Iguaçu - PR - 12A0 (edifício construído/% de execução física)	0,00	0,00	-	140.000,00	10.721,00	0,08
Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Joinville - SC - 1031 (edifício construído/% de execução física)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Marabá - PA - 12B8 (edifício construído/% de execução física)	0,00	0,00	-	65.000,00	65.000,00	1,00
Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Paranaguá - PR - 12B9 (edifício construído/% de execução física)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Pelotas- RS - 1149 (edifício construído/% de execução física)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Petrolina - PE - 12B2 (edifício construído/% de execução física)	77,00	2,85	0,04	1.430.000,00	1.430.000,00	1,00

Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Ribeirão Preto - SP - 12B5 (edifício construído/% de execução física)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Santos - SP - 12B7 (edifício construído/% de execução física)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em São João de Meriti - RJ - 1O32 (edifício construído/% de execução física)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em São José do Rio Preto - SP - 3074 (edifício construído/% de execução física)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Sobral-CE - 1135 (edifício construído/% de execução física)	1,00	0,00	0,00	13.200,00	8.500,00	0,64
Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Sousa- PB - 1150 (edifício construído/% de execução física)	68,00	2,91	0,04	1.500.000,00	1.500.000,00	1,00
Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Teresina - PI - 12B6 (edifício construído/% de execução física)	25,00	8,88	0,36	3.800.000,00	3.800.001,00	1,00
Construção de Edifício-Sede para Instalação de Ofício Junto às Varas da Justiça do Trabalho - 3E94 (edifício construído/% de execução física)	162,00	0,00	0,00	1.521.200,00	1.093.021,00	0,72
Construção do Anexo ao Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Recife - PE - 5285 (edifício construído/% de execução física)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Construção do Anexo do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Fortaleza - CE - 7J00 (Anexo construído /% de execução física)	16,00	0,00	0,00	400.000,00	4.850,00	0,01

## Relatório Anual de Avaliação

Construção do Anexo do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Manaus - AM - 7195 (Anexo construído /% de execução física)	15,00	0,00	0,00	1.500.000,00	0,00	0,00
Construção do Anexo do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Palmas - TO - 1H30 (Anexo construído /% de execução física)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União - 11EQ (CENTRO DE TREINAMENTO CONSTRUIDO/% de execução física)	7,00	0,00	0,00	334.000,00	210.881,00	0,63
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar em Fortaleza-CE - 1P81 (edifício construído/% de execução física)	90,00	0,00	0,00	720.000,00	720.000,00	1,00
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Belém - PA - 11SD (edifício construído/% de execução física)	4,00	0,00	0,00	260.000,00	200.003,00	0,77
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Boa Vista - RR - 110E (edifício construído/% de execução física)	0,00	0,00	-	190.000,00	14.000,00	0,07
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Campinas - SP - 7K41 (SEDE CONSTRUIDA/% de execução física)	11,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Corumbá - MS - 110D (edifício construído/% de execução física)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Cuiabá - MT - 5269 (edifício construído/% de execução física)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Goiânia - GO - 1187 (edifício construído/% de execução física)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-

Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em João Pessoa - PB - 7E53 (edifício construído/% de execução física)	1,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Londrina - PR - 102U (edifício construído/% de execução física)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Maceió - AL - 3124 (edifício construído/% de execução física)	2,00	0,00	0,00	245.970,00	244.200,00	0,99
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Maringá - PR - 11SC (edifício construído/% de execução física)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Piracicaba - SP - 7J22 (SEDE CONSTRUIDA/% de execução física)	25,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre - RS - 1203 (edifício construído/% de execução física)	2,00	0,00	0,00	500.000,00	500.000,00	1,00
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Velho - RO - 3092 (edifício construído/% de execução física)	31,00	0,00	0,00	1.800.000,00	0,00	0,00
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Rio Branco - AC - 3106 (edifício construído/% de execução física)	44,00	0,89	0,02	2.100.000,00	2.074.000,00	0,99
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Salvador - BA - 7E50 (edifício construído/% de execução física)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Luís - MA - 3112 (edifício construído/% de execução física)	53,00	0,00	0,00	4.800.000,00	4.800.000,00	1,00

## Relatório Anual de Avaliação

Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Uberlândia - MG - 1132 (edifício construído/% de execução física)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES - 7J45 (SEDE CONSTRUIDA/% de execução física)	4,00	0,00	0,00	500.000,00	500.000,00	1,00
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre - RS - 11KE (edifício construído/% de execução física)	22,00	0,00	0,00	5.400.000,00	70.818,00	0,01
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região - 3E96 (SEDE CONSTRUIDA/% de execução física)	0,00	0,00	-	85.065,00	37.496,00	0,44
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Cuiabá - MT - 7E47 (edifício construído/% de execução física)	29,00	0,00	0,00	2.250.000,00	2.156.449,00	0,96
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Fortaleza - CE - 7E48 (edifício construído/% de execução física)	0,00	0,00	-	48.835,00	48.120,00	0,99
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Manaus - AM - 7H81 (Edifício-Sede Construído/% de execução física)	62,00	0,00	0,00	12.554.936,00	12.554.936,00	1,00
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Porto Velho - RO - 7E49 (edifício construído/% de execução física)	22,00	0,00	0,00	2.250.000,00	2.250.000,00	1,00
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar em Brasília - DF - 11SF (edifício construído/% de execução física)	28,00	0,00	0,00	11.950.000,00	11.411.068,00	0,95
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral do Trabalho em Brasília - DF - 7772 (edifício construído/% de execução física)	4,00	0,00	0,00	6.000.000,00	252.451,00	0,04

Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça em Santa Maria - DF - 1H27 (edifício construído/% de execução física)	26,00	0,19	0,01	2.855.000,00	2.855.000,00	1,00
Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça no Paranoá - DF - 10Y0 (edifício construído/% de execução física)	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	0,00	0,00	-	335.281.956,00	320.222.944,00	0,96
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações - 20AK (-/-)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União - 0C04 (-/-)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Conselho Nacional do Ministério Público - 8010 (PARECER ELABORADO/UNIDADE)	1.767,00	2.362,00	1,34	7.482.068,00	7.319.096,00	0,98
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho - 4262 (PARECER ELABORADO/UNIDADE)	855.100,00	1.121.036,00	1,31	528.276.347,00	517.895.412,00	0,98
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar - 4263 (PARECER ELABORADO/UNIDADE)	18.263,00	18.263,00	1,00	83.073.573,00	83.066.860,00	1,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público-Federal - 4264 (PARECER ELABORADO/UNIDADE)	2.026.247,00	2.233.506,00	1,10	1.214.878.322,00	1.201.925.796,00	0,99

## Relatório Anual de Avaliação

Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios - 4261 (PARECER ELABORADO/UNIDADE)	862.801,00	853.177,00	0,99	243.291.297,00	242.051.712,00	0,99
Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei - 2508 (UNIDADE APARELHADA/UNIDADE)	20,00	33,00	1,65	6.400.000,00	6.306.143,00	0,99
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	4.523.600,00	4.068.088,00	0,90
Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais - 3752 (PROCURADORIA IMPLANTADA/UNIDADE)	11,00	0,00	0,00	3.798.980,00	3.142.000,00	0,83
Instalações e Equipamentos para o Novo Edifício-Sede da Procuradoria da República em Goiânia - GO - 114W (-/-)	0,00	0,00	-	3.000.000,00	0,00	0,00
Instalações e Equipamentos para o Novo Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar em Brasília-DF - 114V (-/-)	0,00	0,00	-	3.000.000,00	2.991.535,00	1,00
Modernização das Instalações do Ministério Público Federal - 1E30 (Instalação modernizada/UNIDADE)	2,00	0,00	0,00	1.000.000,00	910.563,00	0,91
Pesquisa na Área Jurídica - 4268 (PESQUISA REALIZADA/UNIDADE)	11,00	1,00	0,09	345.600,00	258.505,00	0,75
Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Paulo - SP - 114S (AREA REFORMADA/m²)	16.000,00	16.000,00	1,00	1.500.000,00	1.430.308,00	0,95
Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - RJ - 106S (Edifício-sede reformado/% de execução física)	12,00	0,54	0,04	1.675.000,00	1.157.257,00	0,69
Reforma e Adaptação do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região - 7K62 (Edifício-sede reformado/% de execução física)	100,00	94,63	0,95	600.000,00	567.691,00	0,95
<b>Índice médio geral de realização</b>			<b>0,29</b>			<b>0,70</b>

### METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização

(RAP 2007) Ações Judiciais para Erradicação do Trabalho Escravo - 6471 (Ação judicial desenvolvida/UNIDADE)	-	-	-	965.103,00	965.103,00	1,00
(RAP 2007) Aquisição de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Rio Grande- RS - 1151 (Imóvel adquirido com 470 m²/UNIDADE)	-	-	-	350.000,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Aquisição de Edifício-Sede para o Ofício de Santarém - PA - 114T (IMÓVEL ADQUIRIDO/UNIDADE)	-	-	-	600.000,00	600.000,00	1,00
(RAP 2007) Aquisição de Edifícios-Sede para Implantação de Ofícios Junto às Varas da Justiça do Trabalho - 12BQ (Sede de Ofício Adquirida/UNIDADE)	-	-	-	1.505.000,00	1.505.000,00	1,00
(RAP 2007) Aquisição de Edifícios-Sede para Implantação de Ofícios Junto às Varas da Justiça do Trabalho - 12BQ (Sede de Ofício Adquirida/UNIDADE)	-	-	-	1.505.000,00	1.505.000,00	1,00
(RAP 2007) Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Campo Grande - MS - 1E26 (Prédio adquirido/UNIDADE)	-	-	-	10.200.000,00	10.200.000,00	1,00
(RAP 2007) Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Paulo - SP - 114Q (-/UNIDADE)	-	-	-	40.000.000,00	39.855.147,00	1,00
(RAP 2007) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	4.749.482,00	4.430.442,00	0,93
(RAP 2007) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança de 0 a 6 anos atendida/UNIDADE)	-	-	-	71.590,00	1.701,00	0,02
(RAP 2007) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	-	-	-	186.810,00	3.996,00	0,02

## Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2007) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	-	-	-	31.270,00	9.074,00	0,29
(RAP 2007) Capacitação de Recursos Humanos - 4091 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	718.574,00	495.249,00	0,69
(RAP 2007) Capacitação de Recursos Humanos - 4091 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	718.574,00	495.249,00	0,69
(RAP 2007) Construção da 2ª Etapa do Edifício-Sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - 3158 (Sede construída com 42.254 m²/% de execução física)	-	-	-	9.293.325,00	911.586,00	0,10
(RAP 2007) Construção de Anexo ao Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho - 3E97 (SEDE CONSTRUÍDA/% de execução física)	-	-	-	1.309.250,00	1.309.250,00	1,00
(RAP 2007) Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Aracaju - SE - 10TY (Sede construída com 4.800m²/% de execução física)	-	-	-	180.036,00	6.751,00	0,04
(RAP 2007) Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Petrolina - PE - 12B2 (Sede construída com 650m²/% de execução física)	-	-	-	437.000,00	437.000,00	1,00
(RAP 2007) Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Teresina - PI - 12B6 (Sede construída com 4.800m²/% de execução física)	-	-	-	3.756.956,00	1.458.604,00	0,39
(RAP 2007) Construção de Edifício-Sede para Instalação de Ofício Junto às Varas da Justiça do Trabalho - 3E94 (Edifício-sede construído com 841,50 m²/% de execução física)	-	-	-	69.800,00	69.800,00	1,00

(RAP 2007) Construção do Anexo do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Palmas - TO - 1H30 (Anexo construído /% de execução física)	-	-	-	71.413,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União - 11EQ (Centro de Treinamento construído com 10.000 m²/% de execução física)	-	-	-	126.300,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Goiânia - GO - 1187 (Sede construída com 8.536 m²/% de execução física)	-	-	-	5.366.948,00	5.117.795,00	0,95
(RAP 2007) Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em João Pessoa - PB - 7E53 (SEDE CONSTRUÍDA/% de execução física)	-	-	-	134.800,00	4.448,00	0,03
(RAP 2007) Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Rio Branco - AC - 3106 (Sede construída com 3.000m²/% de execução física)	-	-	-	2.021.717,00	84.466,00	0,04
(RAP 2007) Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Luís - MA - 3112 (Sede construída com 4.000m² /% de execução física)	-	-	-	2.400.000,00	1.721.941,00	0,72
(RAP 2007) Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre - RS - 11KE (Sede construída com 12.000m²/% de execução física)	-	-	-	4.682.296,00	7.323,00	0,00
(RAP 2007) Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Fortaleza - CE - 7E48 (SEDE CONSTRUÍDA/% de execução física)	-	-	-	489.600,00	124.012,00	0,25

## Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2007) Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em João Pessoa - PB - 1E93 (Edifício construído com 3.485 m2./% de execução física)	-	-	-	1.038.151,00	1.038.151,00	1,00
(RAP 2007) Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Porto Velho - RO - 7E49 (SEDE CONSTRUIDA/% de execução física)	-	-	-	47.871,00	45.716,00	0,95
(RAP 2007) Construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar em Brasília - DF - 11SF (Sede Construída com 20.003 m2/UNIDADE)	-	-	-	24.768.432,00	22.720.185,00	0,92
(RAP 2007) Construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral do Trabalho em Brasília - DF - 7772 (Sede construída com 55.998 m²/% de execução física)	-	-	-	10.475.536,00	14.988,00	0,00
(RAP 2007) Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça em Samambaia - DF - 3140 (SEDE CONSTRUIDA COM 4. 600 M²/% de execução física)	-	-	-	1.275,00	1.275,00	1,00
(RAP 2007) Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça em Santa Maria - DF - 1H27 (Prédio construído com 4.600 m²/% de execução física)	-	-	-	1.857.715,00	1.857.503,00	1,00
(RAP 2007) Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça no Paranoá - DF - 10YO (SEDE CONSTRUIDA COM 4. 600 M²/% de execução física)	-	-	-	651.478,00	528.788,00	0,81
(RAP 2007) Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	-	-	-	1.443.942,00	143.569,00	0,10

(RAP 2007) Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Procuradoria-Geral da Justiça Militar - 4263 (PARECER ELABORADO/UNIDADE)	-	-	-	1.988.502,00	1.794.521,00	0,90
(RAP 2007) Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Procuradoria-Geral da República - 4264 (PARECER ELABORADO/UNIDADE)	-	-	-	48.224.896,00	41.536.268,00	0,86
(RAP 2007) Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios - 4261 (PARECER ELABORADO/UNIDADE)	-	-	-	6.715.798,00	6.604.728,00	0,98
(RAP 2007) Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Procuradoria-Geral do Trabalho - 4262 (PARECER ELABORADO/UNIDADE)	-	-	-	29.160.962,00	26.501.103,00	0,91
(RAP 2007) Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei - 2508 (UNIDADE APARELHADA/UNIDADE)	-	-	-	17.633.606,00	16.669.932,00	0,95
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	2.062.191,00	1.972.195,00	0,96
(RAP 2007) Implantação de Ofícios junto às Varas da Justiça do Trabalho - 1111 (Ofício implantado/UNIDADE)	-	-	-	3.394.084,00	3.350.035,00	0,99
(RAP 2007) Implantação de Procuradorias da Justiça Militar - 12BN (PROCURADORIA IMPLANTADA/UNIDADE)	-	-	-	100,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais - 3752 (PROCURADORIA IMPLANTADA/UNIDADE)	-	-	-	18.635.590,00	14.703.219,00	0,79
(RAP 2007) Manutenção do Conselho Nacional do Ministério Público - 2A41 (UNIDADE MANTIDA/UNIDADE)	-	-	-	357.521,00	315.941,00	0,88
(RAP 2007) Modernização das Instalações do Ministério Público Federal - 1E30 (Instalação modernizada/UNIDADE)	-	-	-	655.860,00	0,00	0,00

## Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2007) Pesquisa na Área Jurídica - 4268 (PESQUISA REALIZADA/UNIDADE)	-	-	-	72.444,00	71.413,00	0,99
(RAP 2007) Reforma de Anexo ao Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - no município do Rio de Janeiro - 1K73 (-/-)	-	-	-	347.984,00	347.984,00	1,00
(RAP 2007) Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - no município do Rio de Janeiro - 1K74 (-/-)	-	-	-	10.250.000,00	463.901,00	0,05
<b>Índice médio geral de realização</b>			-			<b>0,62</b>

## INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Processo Elaborado - %	100,000	31/12/2003	100,000	02/2009	0,000	Alta
<b>Fonte:</b> Ministério Público da União						
<b>Medidas corretivas necessárias:</b> O Índice Previsto para o Final do PPA (2011) é de 100%.						

## COMENTÁRIOS SOBRE A EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Segundo os Coordenadores de Ações, os seguintes fatores influenciaram na execução das ações: contingenciamento da dotação orçamentária; problema técnico na execução da obra; discordância quanto ao preço de avaliação oficial; falência e/ou insolvência de construtora; atraso na elaboração de projeto básico e/ou executivo; alteração em legislação municipal; licitação impugnada, deserta e/ou cancelada; divergência em documentos legais de produtos e/ou fornecedores.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Zelar pela observância da Constituição Federal, das leis e atos emanados dos poderes públicos, resguardando as ações de desenvolvimento do Ministério Público, conforme suas funções institucionais.

### 1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - 1) Realização de efetivo apoio operacional à atuação institucional do Ministério Público da União.

2) Superação da meta física prevista nas ações de maior impacto no Programa, quais sejam: Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal em (10,23%), Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho em (31,10%) e Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Conselho Nacional do Ministério Público em (33,67%).

3) Crescimento das atividades institucionais do Ministério Público da União, em função da revelação de demandas acerca da defesa da ordem jurídica; da defesa do patrimônio nacional, do patrimônio público e social, do patrimônio cultural, do meio ambiente, dos direitos e interesses da coletividade, especialmente das comunidades indígenas, da família, da criança, do adolescente e do idoso; da defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis; do controle externo da atividade policial, mediante atuação na investigação de crimes, na requisição de instauração de inquéritos policiais, na promoção pela responsabilização dos culpados, no combate à tortura e aos meios ilícitos de provas; assim como a promoção de inquérito civil e ação civil pública para proteger direitos constitucionais, patrimônio público e social, meio ambiente, patrimônio cultural, interesses individuais indisponíveis, homogêneos e sociais, difusos e coletivos.

4) Benfeitorias das instalações da Procuradoria-Geral da República em Brasília/DF; Procuradorias Regionais da República da 1ª Região/DF, 2ª Região/RJ, 3ª Região/SP, 4ª Região/RS; Procuradorias da República em Fortaleza/CE, Imperatriz/MA e Porto Alegre/RS, objetivando a melhoria da infraestrutura e a redução do custo da manutenção básica.

5) Reforma e adaptação, incluindo a eliminação de barreiras arquitetônicas, de forma a permitir a acessibilidade, dos edifícios-sede das Procuradorias Regionais da República da 1ª Região/DF, 2ª Região/RJ; Procuradorias da República em Salvador/BA, Guanambi/BA, Vitória da Conquista/BA, Eunápolis/BA, Vitória/ES, Pouso Alegre/MG, Cáceres/MT, Corumbá/MS, Belém/PA, Marabá/PA, Santarém/PA, Jacarezinho/PR, Recife/PE, Garanhuns/PE, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, Novo Hamburgo/RS, Santa Rosa/RS, Santa Cruz do Sul/RS, Boa Vista/RR, Lages/SC, São Miguel do Oeste/SC, Blumenau/SC, Jaraguá do Sul/SC, São Paulo/SP, Araraquara/SP, Campinas/SP, Piracicaba/SP, Presidente Prudente/SP, São Bernardo do Campo, Aracaju/SE; Procuradoria-Geral da Justiça do Distrito Federal e Territórios; Procuradorias Regionais do Trabalho da 1ª Região/RJ, 9ª Região/PR, 15ª Região/Campinas, 20ª Região/SE, 24ª Região/MS e Procuradoria-Geral do Trabalho.

6) Melhoria da gestão e do atendimento à população, a partir da aquisição de edifícios-sede e/ou salas para as Procuradorias da República em Salvador/BA e Ofícios junto às Varas do Trabalho em Nova Iguaçu/RJ, Nova Friburgo/RJ, Campos dos Goytacazes/RJ, Volta Redonda/RJ, Juazeiro/BA, Caxias do Sul/RS, Novo Hamburgo/RS.

7) Conclusão da construção do edifício-sede da Procuradoria da República em Goiás, da Promotoria da Justiça no Paranoá/DF e continuidade de construções de edifícios-sede das Procuradorias Regionais da República da 4ª Região/RS; das Procuradorias da República em São Luís/MA, Teresina/PI, Rio Branco/AC, Petrolina/PE; da Promotoria de Justiça em Santa Maria/DF; da Procuradoria-Geral da Justiça Militar em Brasília/DF; da Procuradoria-Geral da Justiça do Distrito Federal e Territórios (2ª etapa da obra); da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região/RS, 7ª Região/CE, 11ª Região/AM, 21ª Região/RN; dos Ofícios junto às Varas do Trabalho em Cáceres/MT, Crateús/CE e Eunápolis/BA, a fim de ampliar a atuação institucional do Ministério Público da União, de forma a melhor atender a demanda da sociedade brasileira pela sua própria defesa

contra eventuais abusos e omissões do Poder Público.

8) Incremento das condições de segurança nas unidades do Ministério Público da União que colocam em risco a integridade dos recursos humanos e materiais, tais como as Procuradorias da República em Maceió/AL, Arapiraca/AL, Feira de Santana/BA, Fortaleza/CE, Imperatriz/MA, Três Lagoas/MS, Corumbá/MS, Petrolina/PE, Maringá/PR, Porto Velho/RO, Jaraguá do Sul/SC, Joinville/SC, Lages/SC, São Paulo/SP, Marília/SP; nas Procuradorias da Justiça Militar no Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Manaus; Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, 3ª Região/MG, 4ª Região/RS, 5ª Região/BA, 6ª Região/PE, 7ª Região/CE,, 13ª Região/PB, 15ª Região/Campinas, 16ª Região/MA, 18ª Região/GO, 21ª Região/RN e 23ª Região/MT.

9) Contrato com a Fundação Padre Anchieta, e retransmissão da programação de Radio e TV do MPU por emissoras de diversos Estados. Atualmente, 48 emissoras de rádio retransmitem a programação de rádio do MPU, conforme lista abaixo:

Associação Juventude em Ação  
Ativa FM  
Baixada On line  
Cajamar FM  
Cidade FM  
Dany Psirico  
Estériosom  
FM Lorena  
Irecê Lider FM  
Jota News  
Maranata  
Margogi FM  
Francisco Pinto  
Nova de paz  
Pantanal FM  
Rádio Alternativa Educadora FM  
Rádio Alvorada de Londrina  
Rádio Alvorada do Sul Ltda  
Rádio Amarais  
Rádio Cidade  
Rádio Comunitária Batalha FM  
Rádio Imprensa  
Rádio Progresso  
Rádio Universitária AM  
Rádio Verdes Campos  
Rádio Voz do Céu  
Rádio Comunitária Nativa FM  
Rádio Universitária FM Recife  
Rádio Web Dimensão (Beto Publicidades)  
Rádio Antares  
Rádio Aperipê AM  
Rádio Ariquemes – AM  
Rádio Cultura  
Rádio Cultura de Assis  
Rádio Cultura de Catalão  
Rádio Difusora  
Rádio Folha 1020 AM  
Rádio Hawai  
Rádio Integração

Rádio na Web  
Rádio Pérola FM  
Rádio Vila AM  
Rádio Comunitária Tabira FM  
Rede Brasil Notícia  
Renascimento Net  
Sitepopular.com.br  
Terra Viva FM  
Teste

Para a televisão, o programa Interesse Público pode ser transmitido mediante a assinatura de Termo de Compromisso. Outras emissoras, a critério das emissoras que assinaram o Termo, também podem reproduzi-lo, embora não possuam cadastro. Atualmente, 13 emissoras de TV compromissárias realizam a transmissão do programa:

Canal Minas Saúde  
TV Alese  
TV Assembleia  
TV Canal 1 / TV Distrital  
TV Cidade  
TV Comunitária São Carlos  
TV Cultura/São Paulo  
TV Século 21  
TV Univale  
Universidade Metodista de Piracicaba  
TV Brasil  
TV Cultura de Belém  
TV Aldeia (Rio Branco).

**OBTENÇÃO DOS RESULTADOS:** Dentro do esperado

**JUSTIFICATIVA:** A execução do Programa aconteceu dentro do esperado.

## 2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

**Objetivo Setorial Vinculado ao Programa:**

**GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL:** Acima do esperado

**JUSTIFICATIVA:** Através da atuação dos membros do MPU na defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis da sociedade tendo como base o ordenamento jurídico.

## 3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

**COBERTURA DO PÚBLICO ALVO:** Dentro do esperado

**JUSTIFICATIVA:** O Programa propicia serviços para todo o público alvo, ou seja, a sociedade brasileira, haja vista que as funções institucionais do Ministério Público abrangem todos os segmentos da mesma.

#### 4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

**DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO:** A avaliação da satisfação dos beneficiários é de difícil mensuração haja vista o universo do público alvo. Entretanto, busca-se superar essa dificuldade a partir da avaliação institucional do MPU, por meio dos serviços prestados pelos Procuradores e Promotores junto aos poderes constituídos em defesa da sociedade.

#### 5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Sim

**FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:**

**Raça:** Conforme comentários adicionais

**Pessoa com Deficiência:** Conforme comentários adicionais

**Gênero:** Conforme comentários adicionais

**Criança e Juventude:** Conforme comentários adicionais

**COMENTÁRIOS:** As ações Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário no âmbito do Ministério Público da União abordam os temas de transversalidade com base na atuação das diversas Câmaras que defendem as minorias, as pessoas com deficiência, a criança e juventude, os idosos e os interesses coletivos e difusos, bem como combate o trabalho escravo.

#### 6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Não

**DIFICULDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL:** Não há participação social na elaboração e execução do orçamento do MPU. A programação orçamentária tem por base a organização das ações do MPU com a alocação de recursos suficientes para cumprir sua missão junto à sociedade.